



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Palácio Dr. Heraclides Santa Helena

recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da Administração Pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.”

(Redação dada pelo Decreto nº 8.629, de 2015).

Desse modo, em virtude do dispositivo acima transcrito, a partir do prazo fixado somente serão contemplados com verbas federais àqueles municípios que já tenham elaborado e aprovado, os seus respectivos Planos de Saneamento Básico, razão pela qual o projeto ora apresentado requer atenção especial e tramitação célere.

O Plano também constitui importante ferramenta para que a população, a entidade reguladora e o próprio Poder Legislativo, dentro das suas atribuições institucionais, possam fiscalizar e cobrar do Poder Executivo providências e ações concretas na área de saneamento, sobretudo no que diz respeito ao cumprimento das metas estabelecidas no planejamento para os próximos 20 (vinte) anos.

Vale ressaltar que, em consonância com o disposto no § 5º, do art. 25, do Decreto Federal nº 7.217/10, o PMSB tem efeito vinculante, ou seja, depois de aprovado, se tornará Lei, sujeitando não só a atual Administração, com também todas as administrações que irão sucedê-la ao longo do período planejado, a cumprir e desenvolver as ações nele estabelecidas.

Ademais, será através do PMSB que o Município estará habilitado a organizar e prestar os serviços de saneamento de sua responsabilidade, em consonância com o sistema nacional, atendendo, dentre outros, os princípios da universalidade e regularidade na prestação, modicidade das tarifas, eficiência e sustentabilidade econômica e transparência e controle social das ações.